

02/06/2015

SEGUNDA TURMA

**RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 128.173 PARÁ**

<b>RELATOR</b>	<b>: MIN. DIAS TOFFOLI</b>
<b>RECTE.(S)</b>	<b>: WELLINGTON MOACIR BORGES DE PAULA</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: ANETE DENISE PEREIRA MARTINS E OUTRO(A/S)</b>
<b>RECDO.(A/S)</b>	<b>: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL</b>
<b>PROC.(A/S)(ES)</b>	<b>: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA</b>

**EMENTA**

**Recurso ordinário em *habeas corpus*. Processual Penal. Ação penal originária. Denúncia. Recebimento. Sessão de julgamento. Nulidade. Reconhecimento pretendido. Indeferimento de pedido de adiamento. Advogado anteriormente intimado para audiência designada para a mesma data, em juízo diverso. Inexistência, todavia, de comprovação de que também foi requerido o adiamento desse outro ato ou de que esse requerimento foi indeferido. Hipótese, ademais, em que o recorrente era defendido por mais de um advogado constituído. Possibilidade de um dos defensores sustentar oralmente, na ausência do outro. Nulidade inexistente. Recurso não provido.**

1. Não é possível indeferir, sem motivo adequado, pedido de adiamento de sessão de julgamento para a realização de sustentação oral (RHC nº 82.824/SP, Primeira Turma, Relator para o acórdão o Ministro **Sepúlveda Pertence**, DJ de 30/5/03), máxime por se tratar de juízo de admissibilidade de denúncia em ação penal originária.

2. A existência de anterior intimação para a audiência a se realizar em juízo diverso constitui, em princípio, justo motivo para o advogado constituído requerer o adiamento de sessão de julgamento marcada para a mesma data e na qual pretenda realizar sustentação oral.

3. Ciente do indeferimento do pedido de adiamento da sessão de julgamento pelo Tribunal Regional Federal, a defesa poderia ter postulado ao juízo de primeiro grau o adiamento da audiência que nele se realizaria, mas, quedando-se inerte, não pode agora invocar a suposta nulidade para a qual teria contribuído.

**RHC 128173 / PA**

4. A impossibilidade da presença de um dos advogados da parte à sessão de julgamento não basta para que se reconheça o direito a seu adiamento, pois a sustentação oral pode ser feita pelo(s) outro(s) advogado(s). Precedentes.

5. Recurso não provido.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal, sob a Presidência do Senhor Ministro Dias Toffoli, na conformidade da ata do julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso ordinário, nos termos do voto do Relator.

Brasília, 2 de junho de 2015.

MINISTRO DIAS TOFFOLI

Relator

02/06/2015

SEGUNDA TURMA

**RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 128.173 PARÁ**

<b>RELATOR</b>	<b>: MIN. DIAS TOFFOLI</b>
<b>RECTE.(S)</b>	<b>: WELLINGTON MOACIR BORGES DE PAULA</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: ANETE DENISE PEREIRA MARTINS E OUTRO(A/S)</b>
<b>RECDO.(A/S)</b>	<b>: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL</b>
<b>PROC.(A/S)(ES)</b>	<b>: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA</b>

**RELATÓRIO**

**O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (RELATOR):**

Recurso ordinário em **habeas corpus** interposto por Wellington Moacir Borges de Paula contra acórdão da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, que denegou a ordem no HC nº 306.708/PA, Relator o Ministro **Félix Fischer**.

Aduz o recorrente que

“[o] primeiro argumento no Venerando Acórdão a ser contestado, diz respeito ao fato de que a decisão do TRF1 teria sido suficientemente fundamentada. A Desembargadora Relatora justificou o indeferimento do pleito defensivo ao argumento de que as diligências ocorridas nos autos do referido inquérito postergaram a apreciação sobre o pedido de recebimento da Denúncia, ‘com possibilidade de efeitos danosos no tocante a prescrição’.

Com a devida vênia, mas se trata de justificativa que não se sustenta. Primeiramente porque a defesa em nenhum momento contribuiu para o atraso da instrução para ser penalizada por isso, pois como bem ressaltado as postergações ocorreram por diligências e aposentadoria do anterior Desembargador relator.

Demais disso, o crime pelo qual o recorrente foi denunciado, é aquele capitulado no art. 302, parágrafo único, III do CTB, que prevê pena de detenção de 02 a 04 anos, acrescentado do aumento de pena de 1/3 até a metade.

**RHC 128173 / PA**

Como se sabe, as causas de aumento de pena influenciam nos prazos prescricionais. *In casu*, a prescrição somente ocorreria em 12 anos, isto é, em 2019, portanto estavam longe os tais efeitos danosos”.

Afirma ainda que

“[o]utro ponto a ser rechaçado diz respeito ao argumento de que a defesa técnica é patrocinada por outro advogado, não havendo comprovação de que se postulou o adiamento da audiência em Belém ou o impedimento do outro advogado para realizar a sustentação oral.

Ocorre que a audiência perante a 3ª Vara Federal da Seção Judiciária do Pará estava marcada desde junho de 2014, e se tratava do interrogatório de seis réus em processo complexo com 24 volumes de autos, conforme se verifica no espelho processual anexado, cuja complexidade sequer permitiu que o ato fosse finalizado no mesmo dia 18/09, ocorrendo outras duas redesignações em decorrência das audiências adentrarem a noite, havendo a necessidade da presença de ambos os advogados constituídos por dois dos acusados naquela ação penal.

Por outro lado, a pauta da sessão de julgamento do TRF1 foi publicada somente no dia 11/09/2014, uma semana antes do dia designado para a Corte Especial apreciar o pedido de recebimento da Denúncia, qual seja, 18/09/2014. Adiar apenas por uma sessão, consoante o pleito defensivo, não acarretaria nenhum prejuízo para a instrução, muito menos faria incidir a prescrição”.

Ao ver do recorrente, houve flagrante violação da garantia constitucional da ampla defesa, a gerar a nulidade absoluta da sessão de julgamento realizada pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região,

“(…) uma vez que se negou ao advogado constituído a efetiva possibilidade de participar da sessão de julgamento e

**RHC 128173 / PA**

exercitar a defesa técnica, mesmo diante de seu pedido expresso neste sentido e ante a comprovação documental do impedimento de comparecimento àquela sessão designada.

(...)

O pleito de adiamento da referida sessão de julgamento nada teve de procrastinatório. Primeiramente, porque – conforme já ressaltado – se demonstrou o agendamento prévio de audiência para a mesma data, em comarca diversa, razão pela qual havia a impossibilidade física de comparecer a ambas (e teve-se de optar por se fazer presente apenas àquela que havia sido designada por primeiro).

Em segundo lugar, o que se pleiteou foi o adiamento do julgamento por UMA SESSÃO, o que demonstra, uma vez mais, a ausência de qualquer intuito protelatório ou procrastinatório da defesa, que restou severamente violada ante a intransigência da Relatora”.

Ante o exposto, requer o provimento do recurso, “a fim de anular a decisão de recebimento da inicial acusatória e re-designação de data para a competente sessão de julgamento”.

O Ministério Público Federal, em parecer da lavra da Subprocuradora-Geral da República Dra. **Cláudia Sampaio Marques**, opinou pelo não provimento do recurso.

É o relatório.

02/06/2015

SEGUNDA TURMA

**RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 128.173 PARÁ**

**VOTO**

**O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (RELATOR):**

Conforme relatado, trata-se de recurso ordinário em **habeas corpus** interposto por Wellington Moacir Borges de Paula contra acórdão da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, que denegou a ordem no HC nº 306.708/PA, Relator o Ministro **Félix Fischer**

Transcrevo a ementa do julgado ora impugnado:

“PENAL. **HABEAS CORPUS**. ART. 302, PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO III, DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO. NULIDADE DA SESSÃO DE JULGAMENTO DESIGNADA PARA RECEBIMENTO DA DENÚNCIA. INOCORRÊNCIA. PEDIDO DA DEFESA DE ADIAMENTO EM VIRTUDE DE OUTRO COMPROMISSO PROFISSIONAL. INDEFERIMENTO FUNDAMENTADO. POSSIBILIDADE DE SUSTENTAÇÃO PELO OUTRO DEFENSOR. **HABEAS CORPUS DENEGADO**.

I - Não se verifica constrangimento ilegal em razão do indeferimento de adiamento da sessão de julgamento, se tal indeferimento foi devidamente fundamentado e se a defesa técnica é patrocinada por outro advogado que poderia oferecer a sustentação oral.

II - **Na hipótese**, verifica-se que o pedido de adiamento foi justificado com base em outro compromisso profissional previamente agendado. **Não obstante**, não há, nos autos, comprovação de que o il. advogado realizou esforços no sentido de adiar o outro compromisso, nem demonstração inequívoca de impossibilidade do outro advogado quanto ao oferecimento da sustentação oral em favor do ora paciente, razão pela qual não há falar em nulidade por cerceamento de defesa.

**Ordem denegada.”**

**RHC 128173 / PA**

Essa é a razão por que se insurge o recorrente, insistindo no reconhecimento da nulidade da sessão de julgamento realizada pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região em que recebida a denúncia contra ele oferecida.

Como já decidido pelo Supremo Tribunal Federal,

“a excepcionalidade do adiamento de uma sessão de julgamento, por alegada impossibilidade de comparecimento do Advogado do réu, impõe e justifica a exigência de necessária comprovação da causa impeditiva invocada” (HC nº 61.714/RJ, Primeira Turma, Relator o Ministro **Celso de Mello**, DJ de 15/3/91).

No mesmo sentido, **vide** HC nº 107.054/SP, Primeira Turma, de **minha relatoria**, DJe de 3/2/14).

Embora caiba ao Relator acolher ou não o pedido de adiamento, essa faculdade não se pode degenerar em arbitrariedade, sob pena de cerceamento de defesa.

Nesse sentido, esta Corte decidiu, no RHC nº 82.824/SP, Primeira Turma, Relator para o acórdão o Ministro **Sepúlveda Pertence**, DJ de 30/5/03, que não é possível indeferir, sem motivo adequado, pedido de adiamento de sessão de julgamento para a realização de sustentação oral.

Na espécie, o recorrente, Juiz do Trabalho, foi denunciado em 9/1/12 como incurso nas sanções do art. 302, parágrafo único, inciso III, do Código de Trânsito Brasileiro.

Por publicação no diário eletrônico da Justiça Federal de 11/9/14, o feito foi incluído na pauta de julgamento da Corte Especial do Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

No próprio dia 11/9/14 - vale dizer, **com uma semana de antecedência** -, o defensor do recorrente, o Advogado Roberto Lauria, requereu que o feito fosse retirado de pauta e incluído na sessão de julgamento subsequente, para poder sustentar oralmente, ao fundamento de que já tinha sido anteriormente intimado para outra audiência

**RHC 128173 / PA**

designada para a mesma data pelo juízo da 3ª Vara Federal da Seção Judiciária do Pará.

Provou, portanto, a existência de justo motivo para **requerer** o adiamento do ato.

Não obstante, o pleito foi indeferido pela Relatora do Inquérito, Desembargadora Federal Maria do Carmo Cardoso, ao fundamento de que

“[o]s presentes inquéritos policiais apuram fatos, em tese, criminosos ocorridos em 6/7/2007. A denúncia foi oferecida em 9/1/2012, e diversas diligências posteriores — incluindo a redistribuição dos processos a esta relatora, em 18/3/2014, em decorrência da aposentadoria do desembargador federal Carlos Olavo — já postergaram, em muito, a apreciação do pedido de recebimento da denúncia, com possibilidade de efeitos danosos no tocante à prescrição.

A mera alegação de audiência designada para o mesmo dia em outro Juízo não justificativa a retirada de pauta, nem mesmo o adiamento. Semelhante pleito ademais, pode ser formulado perante aquele outro Juízo.

Comunique-se, com urgência”.

Ora, o adiamento do juízo de admissibilidade da denúncia por apenas uma sessão não acarretaria qualquer prejuízo à regular marcha processual, máxime considerando-se que não se tratava de manobra procrastinatória da defesa e que, de acordo com o próprio Ministério Público Federal, a prescrição da pretensão punitiva do crime imputado ao recorrente somente se operará em 5/7/19.

Por sua vez, o defensor do recorrente demonstrou que já havia sido intimado, dois meses antes (junho/2014), para a audiência que se realizaria em outra ação penal de maior complexidade, movida contra vários réus e em juízo diverso.

Essas circunstâncias (anterioridade da intimação e maior complexidade do outro feito), em princípio, seriam suficientes para o acolhimento do pleito.



**RHC 128173 / PA**

De todo modo, ciente do indeferimento do pedido de adiamento da sessão de julgamento pelo Tribunal Regional Federal, o Defensor do recorrente, que é radicado em Belém/PA, poderia ter se dirigido imediatamente ao juízo da 3ª Vara Federal da Seção Judiciária do Pará para postular o adiamento da audiência que nele se realizaria, com a justificativa de que pleito análogo havia sido indeferido pelo tribunal de segundo grau.

Nada obstaría que o juízo de primeiro grau acatasse esse pleito, a tornar prejudicado o conflito de atos processuais.

Ocorre que, como destacado pelo julgado ora hostilizado, “não há, nos autos, comprovação de que tal pedido foi realizado no outro Juízo, muito menos de que o pedido lá foi indeferido, impossibilitando o advogado de proferir a pretendida sustentação oral”.

Em suma, a defesa do recorrente, nesse particular, ficou-se inerte e não pode agora invocar a suposta nulidade para a qual teria contribuído.

E não é só.

**Sepultando em definitivo a pretendida anulação da sessão de julgamento, a defesa do recorrente era patrocinada por dois advogados constituídos.**

Como decidido pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do HC nº 86.092/SP, Primeira Turma, Relator o Ministro **Sepúlveda Pertence**, DJ de 6/10/06, o fato de o recorrente contar com mais de um defensor de sua confiança constitui circunstância idônea para indeferir o pedido de adiamento de sessão de julgamento.

No mesmo sentido, HC 75.931, Primeira Turma, Relator o Ministro **Ilmar Galvão**, DJ de 19/12/97:

“A impossibilidade da presença do advogado à sessão de julgamento não basta para que se reconheça o direito à transferência de pauta, uma vez que há circunstâncias que podem autorizar o seu indeferimento. **No caso, o paciente estava representado nos autos por dois advogados e a sustentação oral no julgamento da apelação poderia ter sido feita pelo outro patrono. Habeas corpus indeferido**” (grifo

**RHC 128173 / PA**

nosso).

Logo, ainda que o juízo de primeiro grau viesse a indeferir eventual pedido de adiamento da audiência, mantendo a superposição de atos processuais, era perfeitamente possível que um dos defensores realizasse a pretendida sustentação oral na sessão de julgamento, enquanto o outro participasse da audiência na 3ª Vara Federal da Seção Judiciária do Pará.

Embora eventualmente complexo esse outro processo, tratava-se de audiência de interrogatórios, não se vislumbrando a apontada imprescindibilidade da presença de ambos os advogados do recorrente a esse ato.

Ante o exposto, **nego provimento** ao recurso.

É como voto.

**SEGUNDA TURMA**

**EXTRATO DE ATA**

**RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 128.173**

PROCED. : PARÁ

**RELATOR : MIN. DIAS TOFFOLI**

RECTE.(S) : WELLINGTON MOACIR BORGES DE PAULA

ADV.(A/S) : ANETE DENISE PEREIRA MARTINS E OUTRO(A/S)

RECDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROC.(A/S) (ES) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

**Decisão:** A Turma, por votação unânime, negou provimento ao recurso ordinário, nos termos do voto do Relator. Falou, pelo recorrente, a Dra. Lorena de Oliveira Ferreira. Ausente, justificadamente, a Senhora Ministra Cármen Lúcia. Presidência do Senhor Ministro Dias Toffoli. **2ª Turma**, 02.06.2015.

Presidência do Senhor Ministro Dias Toffoli. Presentes à sessão os Senhores Ministros Celso de Mello, Gilmar Mendes e Teori Zavascki. Ausente, justificadamente, a Senhora Ministra Cármen Lúcia.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Odim Brandão Ferreira.

Ravena Siqueira  
Secretária